Então, é um desafio, e eu aproveito para falar para os mais jovens, dizer assim: vamos ter divergências em relação ao público ou privado? Podemos ter divergências em relação a qualquer outro serviço, a qualquer um, não interessa se é público ou privado, o que interessa é que seja um bom serviço prestado. Está bem, mas não na água. A água é indiscutível isso de que a água não pode ser... Dr. Jerson Kelman falou uma coisa aqui para mim terrorista, eu não digo terrorista, terrível. Não, se quiser... A energia elétrica, se quiser ligar, liga. A água, se quiser ligar, liga. Mas o esgoto, não. Ora veja só! A energia elétrica... Como é que alguém consegue viver hoje? Conseguir sobreviver sem energia elétrica. E aqui, no Estado do Rio de Janeiro, tem muita gente vivendo, voltando ao século 18, voltando ao século 19. Eu, às vezes, brinco e digo assim: eu vivi uma época em que não existia geladeira para o trabalhador. Não existia televisão, não tinha ferro elétrico; era de carvão, mas a energia elétrica passou a ser essencial para um mínimo de qualidade de vida, mas a água não é uma qualidade de via; a água é para a sobrevivência. E sobreviver com saúde.

Então, eu digo que pesquisem quem é que financia a principal instituição que mente sobre o *ranking* do saneamento. Mente sobre o *ranking* do saneamento. É conveniente. Faz parte do esquema destinado a transferir para a iniciativa privada o saneamento básico, a prática desse crime. Mente. E as empresas que estão controlando o saneamento básico no Brasil, onde já foi privatizado, são as mesmas empresas que estão aqui no Rio de Janeiro em todas as que foram privatizadas. Todas. Às vezes, formam um consórcio meio diferente.

Então, como está aí. Estamos convivendo na fase da Lava-Jato e a sociedade está cobrando a responsabilização de quem, de alguma forma, participou das orgias. É preciso que a população saiba que a privatização do saneamento faz parte dessa orgia. Faz parte dessa orgia da qual a população quer se livrar ou quer até se vingar.

Então, Gustavo Schmidt, mando um abraço para o presidente da Cedaee. Os cedaeanos estão aqui. É preciso divulgar para a população essa mentira, mas quando tem um debate assim algumas verdades aparecem. Quem vai investir quer o retorno. Tem que ter lucratividade. Vai aumentar a tarifa. É o equilíbrio econômico financeiro. As privatizações deram nisso.

Então, Cedaee pública, estatal e indivisível. (Palmas) E que a Cedaee, ao contrário, assuma a responsabilidade progressiva daquilo que já foi privatizado, e que a Cedaee tenha a responsabilidade, e consequente, de buscar investimentos. Não é cobrar uma tarifa que remunere o investimento, não; uma tarifa que recupere mais investimentos para o alcance das metas e que, progressivamente, nós reestatizemos aquilo que já foi privatizado, para ficar tudo sob o controle, sob a condução da Cedaee, uma empresa pública, responsável e capaz.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Antes de passar a palavra para o dr. Humberto, gostaria que o sr. Josivan Moreno se manifestasse.

O SR. JOSIVAN MORENO - Pedi a palavra só para nós podermos dar um esclarecimento que possa ser, deputado que falou, e na mesma perspectiva que nós hoje estamos atuando, convidando vocês, inclusive, a participarem, na segunda-feira, de nossas mobilizações contra o progresso do projeto de lei.

Então, segunda, dia 11, o país todo, e nossas seções estaduais estão mobilizadas para poder não avançar na votação e tentar reverter esse quadro.

Segundo é que, quando o deputado falou o nome *ranking*, para não entender que o *ranking* que nós apresentamos aqui é o *ranking* que o deputado estava falando. O *ranking* que a Abes apresentou é um produto Abes, ou seja, nossa análise é técnica, dos indicadores da Abes.

Então, não é o *ranking* que traz o Trata Brasil dentro das suas perspectivas. É só para diferenciar quando o nosso deputado colocou. É outro *ranking*. E, só para deixar, nessa situação, porque, quando você pega os dados, realmente tem uma diferença, deputado, muito forte nossa. Nós temos lá indicadores diferentes e são outros na perspectiva do abastecimento. Nesse sentido. E nós não tínhamos disposto aqui ainda sobre a principal essência do que nós hoje discutimos, principalmente essa. Nós não entendemos e nem deve: regulação e gestão de saneamento é setor público. Precisamos que o setor ordene porque é isonômico, é para a sociedade, é um bem de serviço comum ao povo, essencial à vida.

Então, portanto, entendemos que regular, gestão, todo o sistema de saneamento não é voltado para a troca de moeda, ou seja, nós deixamos também claro lá que nós não entendemos que privatização é o caminho para poder reaver os déficits que estados brasileiros têm, por vários e vários anos, de outros aspectos que assim fizeram acontecer. Portanto, é mais um convite, entrando nessa mesma perspectiva do conceito e da linha que a Abes vem tomando à frente da discussão do processo, do PL que vem tramitando.

O SR. PAULO RAMOS - Só para dizer que o *ranking* que o Instituto Trata Brasil apresenta sempre privilegia aquilo que já foi privatizado. Somente isto. E dizer, para quem fica imaginando geração de emprego, distribuição de renda, claro que a Cedaee... A Cedaee não é uma empreiteira. Vai contratando para ir fazendo as obras, mas tem que ser um controle público.

Então, não ingressar nessa mentira que vem se transformando em verdade, que já desmontou parcela expressiva do patrimônio nacional, e resistir aqui. A privatização da Casa da Moeda, a privatização da Eletrobrás, está tudo dentro do mesmo "pelourinho".

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Com a palavra agora, nosso querido amigo dr. Humberto.

O SR. HUMBERTO NUNES - Bom-dia, agradecer ao deputado Gustavo Schmidt, que não é a primeira audiência pública, são várias; ao deputado Paulo Ramos, companheiro aqui da mesa; aos trabalhadores da Cedaee; aos companheiros das empresas; aos estudantes que domingo têm o Enem - está aí um movimento importante estar vindo aqui e ver que é aqui que se faz a política.

Primeiramente, dizer que eu fico muito preocupado com esse aqodamento que hoje se encontra no PL 3.261 porque, em dez meses de governo, já foi duas medidas provisórias que caducou no mesmo tema. Quer dizer, é um afã muito grande de pautar esse tema sem verdadeiramente um debate com a sociedade. A gente vê nosso presidente da Câmara, no dia da comissão que foi o embate, os companheiros estavam presentes, inclusive o presidente da Cedaee estava presente, que a gente defendia o substitutivo desse projeto de lei, o nosso carioca aqui do Rio de Janeiro, botafoguense, foi para lá. Trocaram os parlamentares, fizeram (não compreendido) que quase não passa na comissão. E a gente vê, companheiro - eu tenho 32 anos de Cedaee, meu amigo, e sou engenheiro também - que a Cedaee está frouxa nessa discussão, frouxa. Eu pensei que a Cedaee viria aqui hoje falar do Projeto 3.261. Mas, para surpresa minha, a Cedaee não se posiciona, e sendo a que vai ser mais prejudicada, porque a Cedaee é uma referência nacional, como diz o deputado, depois da aula do deputado Paulo Ramos. E a gente vê que o 3.261 é o desmonte das empresas públicas a nível de Brasil. É o desmonte, acaba com as empresas públicas, e nós, aqui do Rio de Janeiro que tem o maior investimento público do Brasil na universalização do Guandu, na Baixada Fluminense, com uma obra de quatro bilhões, uma obra gigantesca em Barra, Jacarepaguá e Recreio, no esgoto - que eu tive um debate muito pesado com o Trata Brasil na câmara da Barra - então, companheiro, como é que a Cedaee não se posiciona nessa matéria? Uma empresa que deu um lucro de quase um bilhão, que a gente entende que tem que ser revertido às áreas mais carentes; uma empresa que antecipa 322 milhões de dividendo ao governo do estado, a Cedaee era para estar em frente. (Palmas) Como fez o governador de Goiás, que é do partido DEM, foi para lá e desqualificou quem estava falando em nome do Estado de Goiás, que é o Caiado. Desqualificou. Aqui, ninguém mexe na água.

Então, o tema é um tema que tem que ser muito bem elaborado. Para quem não sabe, a Cedaee opera em 64 municípios: 61 dá prejuízo. Se você for investir em Japeri, companheiro, assessor do nosso presidente, o investimento lá, se for cobrar tarifa, é 200 anos para voltar o capital. Se o que tem que investir em Japeri, que é

um dos menores IDH do Brasil, se for cobrar tarifa, é 200 anos para ter retorno de capital. O empresariado vai querer investir em Japeri? Vai querer o quê? É o filé mignon que é o Rio de Janeiro que tem 87% da arrecadação, companheiro.

Então, a importância das empresas públicas é que elas praticam o serviço cruzado. A áreas que têm condições de sobreviver e de ter superávit bancam quem não tem. Aí, também, companheiro, nós estamos fazendo um discurso aqui no Brasil totalmente atrasado, porque 235 cidades no mundo reestatizou, inclusive Berlim, Paris, Bruxelas, Buenos Aires - aqui na América do Sul - Uruguai, na África, na Ásia, porque já viu que a água é um bem e ninguém pode ficar sem. Como disse o nosso deputado, esses 30 milhões de brasileiros, vamos botar assim, que eu acredito que está chegando, como é que ele vai viver?

Então, eu acho que a gente tem que ter um pouquinho de clareza. Por isso que o Sintsama está aí fazendo esse debate em todos os fóruns. Vamos botar agora uns outdoors aqui na cidade do Rio para chamar a importância dos nossos deputados federais, se esse projeto for lá para votação, porque só aqui no Rio de Janeiro nós temos mais de dois milhões de pessoas que mora em áreas carente, que depende dessa água subsidiada. Se você acabar com a empresa pública e acabar com o subsídio cruzado e a tarifa social, como vai fazer com esse mais de dois milhões de pessoas?

Então, eu acho que a gente... É um debate, sim, que está na hora de fazer, mas onde foi privatizado não serve como exemplo. Privatizou na Região dos Lagos: vai na Lagoa de Saquarema e vê; vai na Lagoa de Araruama.

O SR. PAULO RAMOS - Guapimirim estatizou.

O SR. HUMBERTO NUNES - Guapimirim só arrecada. Quando deu essa enchente agora, eles não tinham condições de mexer lá na estação de tratamento e nem na barragem. Sabe quem foi lá? Foi a Cedaee que foi lá. A Cedaee que foi para lá restabelecer o sistema, em Guapimirim. Santo Antônio de Pádua: a gente vai ter que voltar para lá porque está um caos aquela cidade. Então, ao invés - nós temos que fazer como diz o deputado - de estar querendo entregar de bandeja, que eu também acredito que o governador é contra, eu também acredito que o governador é contra, nós não tivemos oportunidade de tête-à-tête conversar isso para ele, porque tem uns "pagaios de pirata" que entraram aí, que estão dando uma de bonzinho, mas estão entregando, sim, por dentro da Cedaee. A Cedaee, meu amigo, tem que democratizar. Abrir a caixa-preta, como teve aqui, num debate aqui, para a gente trazer essa discussão à baila, porque uma coisa é o nosso presidente estar lá na comissão defendendo o Projeto de Lei 3.261. Como é que é isso? Para passar nas comissões lá.

Então, companheiro, a gente tem que falar, sim, com o governador, que uma das questões que foi muito bem elencada foi a questão da Cedaee, que é a única empresa que sobrou no Estado do Rio de Janeiro. O resto já entregaram tudo. E quando aquele companheiro da Sabesp aí falou da energia, só que ele não falou que nos rincões do Brasil quem bota energia é o governo federal, com luz para todos, bancado pelo governo federal. A iniciativa privada não bota energia onde não tem retorno, não. Então, tem que explicar e explicar direitinho.

Então, companheira, eu queria que esse debate... A gente tem que ganhar as ruas, envolver toda a sociedade e mostrar o perigo que é esse projeto de lei que acaba com os contratos que a Cedaee tem com todas as empresas de saneamento do Brasil. Então, nós, definitivamente, somos contra esse projeto de lei. Vamos trabalhar, vamos para o Congresso Nacional e vamos ganhar esse debate lá dentro porque isso vai prejudicar, principalmente, a classe mais pobre.

Então, agradeço o espaço. Boa-tarde e muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Antes de passar para os oradores inscritos, queria pedir desculpas até pela minha voz, que eu tive uma laringite aguda e ela não se restabeleceu completamente, quero só deixar um breve comentário em cima do que o dr. Humberto e o nobre deputado Paulo Ramos falaram. A questão de Niterói. É muito engraçado você ver, é uma concessão de 98, deputado Paulo Ramos, e que, antes disso, a Cedaee Niterói não conseguia ter investimento em Brasília, BNDES, Caixa Econômica e não conseguia investimento, como hoje também não consegue. Quando privatizou e virou Águas de Niterói, a cidade de Niterói, na semana seguinte, tinha placas para tudo quanto é lado do dinheiro do BNDES, dinheiro nosso. É muito fácil você pegar uma estrutura inteira da Cedaee, que era de prédios, estação de tratamento de esgoto, de tubulação, que é tudo da Cedaee, e você comprar ainda a água de Laranjal, deputado Paulo Ramos, com preço subsidiado que até hoje, se não me engano, é um preço baixíssimo, e você privatizar. Um negócio desse todo mundo quer. Um negócio desse é fácil de se tocar. Mas água, como bem disseram todos os integrantes aqui da mesa, não é comercial; água é social. A Cedaee, hoje, faz um bem muito mais social do que monetário e financeiro. (Palmas)

Cedaee não é para ter dinheiro em caixa. Cedaee é para ter tudo na rua. Cedaee é para ter saneamento básico para toda a população do Estado do Rio de Janeiro, que é saúde pública. É basicamente isso.

Agora, o primeiro orador inscrito, é dr. Cid Cury, defensor...

O SR. PAULO RAMOS - Cid é meu guru.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - ...inabalável da Cedaee.

O SR. CID CURY - Boa-tarde a todos. Quero saudar a Mesa aqui presente, o nosso presidente e parabenizá-lo também não só por essa audiência, mas também pela audiência de terça-feira, que foi excelente, mostrando qual é o perfil da Comissão de Saneamento e Meio Ambiente aqui da Alerj. Parabéns, presidente. Muito bom. Saudar o nosso deputado cedaeano lutador pela água pública, deputado Paulo Ramos, que realizou as duas emendas, na última legislatura, que permitiu que a Cedaee, ainda hoje, fosse pública. Não fosse isso, não existiria mais Cedaee. Então, na pessoa aqui, o nosso cedaeano presidente do sindicato, o nosso Humberto, e nessas três pessoas eu saúdo toda a Mesa.

Meus amigos, o que nós temos que começar a falar aqui sobre esse "decreto" 3.261 é que a gente percebe que, com Lava-Jato, sem Lava-Jato, é difícil a mudança no Brasil. Eu parabenizo aqui a Abes que se posicionou contra esse decreto. É um decreto que foi criado para substituir duas MP. Não, decreto não. Desculpe. É um projeto de lei - estou falando decreto aqui, me perdoem, é que eu sou velho e na época da revolução do governo militar se usava decreto, decreto e aí... Perdoem-me. Mas esse Projeto de Lei 3.261 vem substituir duas MPs.

Então, a Abes se posicionou contra, mas o Brasil inteiro tem que ser conta porque, se contém o mesmo teor de uma medida provisória, de uma medida que vai substituir aquilo que está na Constituição, como que nós podemos continuar sendo um país que uma lei ordinária fere dispositivos constitucionais? É isso que está se acontecendo no Brasil. A titularidade do serviço, que me perdoe o orador que esteve aqui, o nosso colega dr. Kelman, que seria um equívoco se considerar municipal, por favor, na década de 90, o Poder Judiciário sacramentou que o serviço de saneamento básico é de jurisdição e titularidade da municipalidade: é do município.

Então, esse Projeto de Lei 3.261 vem tratar o município como capacho, tirando do município prerrogativas que a Constituição lhe deu. Recentemente, essa semana ainda, o nosso ministro da economia falou uma coisa muito certa: o Brasil tem que ter não só a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também a cultura de responsabilidade fiscal. Perfeito. Mas no Brasil nós não temos também que ter só lei e Constituição. Nós temos que ter a cultura de respeitar a Constituição, respeitar a legislação.

Então, meus amigos, nós temos que ser frontalmente contra um projeto de lei que fere a Constituição, que trata o município como bem menor, ente menor, que não pode ter nenhuma titularidade sobre serviço nenhum. Vai ter titularidade sobre o quê? Sobre seus empregados da prefeitura? Serviço básico de sobrevivência, abastecimento de água, não é do município? É, sim, pela Constituição.

Então, lutamos contra a privatização da Cedaee pelos motivos que eu direi agora: nós lutamos contra esse projeto que pretende privatizar o saneamento básico do Brasil todo. Esse projeto de lei não veio à toa. Veio para facilitar a venda da água do Brasil todo, porque a água está escassa no mundo inteiro, e os estrangeiros estão de olho na nossa água porque temos quase que 20% da água doce do planeta.

Então, não ao Projeto de Lei 3.261. (Palmas) Mas esse projeto existe para que haja menos ações na justiça, facilitando a privatização de todas as empresas de saneamento básico no Brasil inteiro. Mas vamos falar um pouquinho sobre isso. Só num aspecto, que não é atentado agora - no discurso, no depoimento do deputado Paulo Ramos se ouviu isso - que é o monopólio. Mas eu queria ir um pouco mais além, porque eu escutei aqui nessa Casa uma pessoa falar assim para mim: mas, doutor, eu não posso concordar com o que o senhor está falando. O que o senhor está falando pode até proceder, mas eu sou de linha liberal, da economia liberal. Aí, eu falei assim: olha, eu também sou, por isso é que eu digo que não pode privatizar a Cedaee, porque a minha linha de economia é a liberal. A nossa Constituição Federal é liberal. Então, quem segue a linha liberal sabe que o princípio basilar da economia liberal é o mercado, e o mercado só existe, como falou o deputado Paulo Ramos agorinha mesmo, só existe por causa da concorrência. Então, quem é privatista? Quem acha que deve privatizar a Cedaee? Nem digo quem queira privatizar tudo, mas quem acha que deve privatizar a Cedaee? E quem acha que não deve concordar que saneamento básico é um monopólio natural. Ora, se está lá no manual da economia liberal, da linha liberal - monopólio, para a economia liberal - é palavra; até oligopólio tem que ser evitado. Para isso, todos os países avançados do mundo têm um órgão que cuida do abuso econômico, abuso econômico advindo de quê? Do monopólio privado e do oligopólio. Monopólio privado tem país em que é proibido, não pode. Monopólio não pode ter dono. E por que não pode ter dono? Porque, se não há concorrência... Onde há concorrência e a informação for simétrica, o preço é mantido. Existe um crescimento vegetativo, mas, se existe o monopólio em que tem um concentrador de lucro, de renda, ele repassa os desejos de maximização do lucro para o preço, e isso é prejudicial ao país, é prejudicial à economia. Por isso que os economistas liberais dizem assim: monopólio, não. Mas como se o monopólio da economia liberal não pode ter um concentrador de lucro, que é o dono, e a água - exemplo aqui da Cedaee - não tem dono? A água é pública, é do estado. Agora, aqueles que seguem a linha liberal querem passar o monopólio que não tem dono para ser o monopólio que tem dono. Uma coisa não fecha com a outra. Não existe isso. Se é liberal, como quer criar um monopólio privado?

Então, eu queria dizer uma coisa para vocês: olha, eu tenho um círculo de amizade enorme. Eu só tenho um amigo que acha que tudo deve ser privatizado, inclusive a água. Todos os outros amigos meus, todos eles da linha liberal, eu mesmo já fui empresário, vários amigos meus empresários, todos são contra a privatização da água. Então, por que que as pessoas que não são do ramo e que não atuam nessa área pensam assim? Mas, quem sabe, aí o esgoto... Está faltando esgoto...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Cid, conclua, por favor.

O SR. CID CURY - Já vou acabar, presidente, só mais um minuto.

Por que pensam assim? Por causa da mídia. A mídia tem uma narrativa enganosa que os americanos chamam de narrativa *misleading*, que não tem nem início, nem meio e nem fim. É uma narrativa desorientadora que conduz a população a achar que aquilo que o estado ainda não conseguiu fazer, vai vir um estrangeiro particular e vai fazer. Vai vir um estrangeiro particular e vai investir numa área onde não exige retorno financeiro. Ele vai sair, por exemplo, da China, vai vir um empresário da China para resolver o nosso problema aqui e investir em local em que ele vai ter prejuízo. Como pode pensar isso? Pensa por causa da narrativa da mídia. Ainda essa semana, um ex-presidente do Banco Central, defendendo esse projeto de lei, falou assim: para universalizar o serviço de saneamento básico no Brasil, nós precisaríamos gastar 30 bilhões por ano. E nós só estamos gastando 12. Então, tem que privatizar, sim, para poder chegar aos 30 bilhões por ano. Se nós estamos investindo 12, nós vamos passar a investir dois, porque todos os lugares que têm que investir são deficitários. Vou dar o exemplo aqui da Cedaee: não há nenhum lugar em que a Cedaee tem que estender o serviço que seja lucrativo, nenhum. Qual é o empresário que vem para cá fazer isso?

Então, meus amigos, eu, para encerrar aqui porque já passei aqui do tempo, eu só queria dizer uma coisa para vocês que eu escutei o nosso deputado Paulo Ramos falando ali numa entrevista ano passado, dizendo assim: mas, escuta, e quem está desempregado? Com esse desemprego todo, como é que ele vai fazer? Ele morre de sede? Aí, eu me lembrei que a ONU, agora, em março desse ano, decretou a água como um direito humano e um bem da humanidade. O trabalho também é um direito humano, dito pelo papa, na sua Encíclica Laborem Exercens, João Paulo II, é um direito do homem e um bem da humanidade. Então, o raciocínio é o seguinte: se o homem perdeu um direito, que é o trabalho, para poder cumprir o seu dever de trabalhar, então, o estado fica com o direito de matar ele de sede. Esse absurdo pode ser aplaudido pelas autoridades? Por um ex-presidente do Banco Central?

Meus amigos, não ao Projeto 3.261; sim à água, como direito humano; sim à soberania nacional.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Próximo orador, dr. Miguel Fernandes, presidente da Abes Rio. Se o senhor pudesse, dez minutos, que a hora está bem avançada já.

O SR. MIGUEL FERNANDES - Boa-tarde a todos e todas, parabenizar o presidente da comissão, deputado Gustavo Schmidt, por essa iniciativa; parabenizar a presença de um dos votos do Rio de Janeiro que teremos no Congresso Nacional para discutir essa questão do novo marco regulatório de saneamento, deputado federal Paulo Ramos - que a gente já sabe antecipadamente até qual é o voto, é um voto formado, não é um voto em discussão - de todos os outros deputados federais que deveriam estar aqui e hoje não estão, do Estado do Rio de Janeiro, alguns podem até já ter voto formado, mas muitos não têm e esse seria uma oportunidade de tentar buscar formar o voto, um voto importante, porque as decisões relacionadas ao setor de saneamento são decisões de longo prazo e não de curto prazo.

Eu queria trazer alguns pontos que eu acho que são fundamentais nesse debate. O primeiro é equalizar - para deixar de forma muito clara, na hora da fala, o que é saneamento, porque, senão, fica confusa essa discussão. Saneamento são quatro serviços essenciais de infraestrutura urbana: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, coleta de resíduos - disposição final e tratamento dele - e tem um quinto, que não é contemplado na lei, que seria o combate a vetores, que é gravíssimo, como, por exemplo, o caso da dengue, da zika. Como não tem arrecadação, como não tem dinheiro, fica até sem ter quem é a responsabilidade de fazer. E isso o marco não entra, não fala, porque o marco nasce dentro do conceito econômico e não dentro do conceito da engenharia, não dentro do conceito da medicina preventiva, que é o saneamento.

Então, aqui, muito focado em água e esgoto, que são serviços completamente distintos. A origem, inclusive, desse serviço, aqui no Rio de Janeiro, quando se iniciou, a água era um serviço do estado, na época do Império, e os esgotos, serviço privado, uma rede separada absoluta. Quando a gente fala de esgoto, poderia até se juntar a drenagem, o que é um problema real hoje, porque você tem esgoto dentro da drenagem e a drenagem dentro do esgoto, que é um dos graves motivos que gera a poluição aqui citada das lagoas, porque não é só lá em Niterói. É no complexo lagunar da Barra da Tijuca, é em todos os complexos lagunares da nossa costa, porque chove - e captações de tempo seco, que é um tema não definido em lei, não definido em norma técnica feita à regalia, de qualquer forma - transbordam e estão poluindo. Isso quando tem esse tipo de dispositivo, e ele é constitucional.